



# PGA

PLANO GERAL DE  
ATUAÇÃO

2014



# PGA

PLANO GERAL DE  
ATUAÇÃO

2014

FLORIANÓPOLIS

2014

## ELABORAÇÃO

Procuradoria-Geral de Justiça, assessorada pelos Centros de Apoio Operacional e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, com a participação dos Procuradores e Promotores de Justiça e do Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais.

(48) 3229.9001 | pgj@mpsc.mp.br

www.mpsc.mp.br | www.youtube.com.br/ministeriopicosoc

## PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Coordenadoria de Comunicação Social

(48) 3229 9011 | midia@mpsc.mp.br

## Revisão gramatical

Lucia Anilda Miguel

## IMPRESSÃO

Gráfica Copiart

Tiragem: 700 exemplares

## FOTOS

Thinkstock

S222

Santa Catarina. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.  
Plano Geral de Atuação (PGA) 2014. – Florianópolis : MPSC,  
2014.  
71 p.

1. Ministério Público – Planejamento - Santa Catarina - 2014.  
I. Título.

CDD : 341.413

# SUMÁRIO

<b>I – APRESENTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA .....</b>	<b>7</b>
MISSÃO .....	9
VISÃO .....	9
VALORES .....	9
<b>II – MISSÃO, VISÃO E VALORES .....</b>	<b>9</b>
<b>III – PRIORIDADES INSTITUCIONAIS PARA 2014 .....</b>	<b>10</b>
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E TERCEIRO SETOR (CDH) .....	12
1. Acessibilidade Total .....	13
2. Prevenção ao Uso de Droga e Garantia de Atenção ao Usuário .....	15
3. Melhor Idade .....	17
4. Mais Saúde .....	20
5. Atenção à Saúde Mental .....	21
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR (CCO) .....	23
1. Alimento Sem Risco .....	24
2. Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal .....	25

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE (CECCON).....	28
1. Efetividade de Decisões em ADIs Propostas pelo MPSC.....	29
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL (CCR) .....	31
1. Reestruturação do Controle Externo .....	32
2. Controle da Execução Penal .....	33
3. Prioridade na Análise dos Inquéritos Policiais sobre Homicídio ..	36
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (CIJ).....	38
1. APOIA.....	39
2. Saúde Mental Infantojuvenil.....	41
3. Fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense.....	43
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CME) .....	45
1. Lixo Nosso de Cada Dia.....	46
2. Saneamento Básico .....	49
3. Defesa da Flora e da Fauna .....	51
4. Defesa do Patrimônio Histórico-Cultural .....	53
5. Ordem Urbanística .....	54
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA (CMA).....	56
1. LIMPE.....	57
2. Transparência e Cidadania .....	58
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM TRIBUTÁRIA (COT).....	61
1. Saúde Fiscal dos Municípios .....	62
2. União contra a Sonegação .....	64
3. Combate à Sonegação Fiscal .....	65

# I – APRESENTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

O Ministério Público Catarinense, a despeito das consideráveis conquistas alcançadas pelo esforço de seus integrantes, está focado na busca permanente de gerar maior impacto social, para cumprir sua missão constitucional, especialmente na efetivação dos direitos sociais.

Temos uma gestão estratégica, estamos crescendo de forma sólida, com espaços, cada vez maiores, para a democracia e a transparência. A gestão planejada é acima de tudo uma exigência dos tempos modernos e que impõe ao gestor sair da zona de conforto da linha da retórica e de uma representação superficial, para a busca de seus problemas, de suas causas e de alternativas pensadas, planejadas e discutidas, onde posamos colher o sentimento de efetividade para a Administração Pública.

Todo mundo sabe que é a estratégia que move um negócio. Para o Ministério Público Catarinense, a estratégia é, sobretudo, um sistema de criação de valor: a maneira mais poderosa que um líder tem de moldar sua organização, criando vantagem competitiva e a singularidade de uma gestão comprometida com resultados.

Uma vez elaborada e implementada a estratégia, são necessários o acompanhamento e a avaliação, para que se tenha condições de atualizar as ações e melhorar seu desempenho. O trabalho ora apresentado é o resultado formal, de cunho informativo, dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, que foi aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais, depois de ouvidos todos os membros, e contempla a primeira revisão do Planejamento Estratégico.

Temos dito com frequência que um modelo de desenvolvimento da sociedade deve prever a construção conjunta. Colocado de maneira simples, é poder fazer com a ajuda de muitos o que não se consegue fazer sozinho. O Plano Geral de Atuação de 2014 busca criar relacionamentos sólidos e produtivos, entre todos os integrantes da Instituição e seus parceiros estratégicos, com vistas ao bem comum. Esse é o caminho.

**LIO MARCOS MARIN**  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

## II – MISSÃO, VISÃO E VALORES

### MISSÃO

PROMOVER A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA SOCIEDADE, VISANDO FORTALECER A DEMOCRACIA, A CIDADANIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

---

### VISÃO

SER UMA INSTITUIÇÃO PRÓXIMA AO CIDADÃO, QUE PRODUZA RESULTADOS ÚTEIS NA DEFESA DA DEMOCRACIA, NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

---

### VALORES

ÉTICA

EFETIVIDADE

INDEPENDÊNCIA

JUSTIÇA

TRANSPARÊNCIA



### III – PRIORIDADES INSTITUCIONAIS PARA 2014

“AS ESTRATÉGIAS SÃO CRIADAS COM DIÁLOGO, JUNTANDO MENTES INTELIGENTES QUE CONSEGUIRÃO CHEGAR A UMA SOLUÇÃO.” PROF. YVES DOZ

Na forma como determina o Ato 462/2012/PGJ, o Plano Geral de Atuação é documento que visa a orientar o exercício das funções dos órgãos de execução do Ministério Público, com vigência anual, elaborado por iniciativa e sob a condução do Procurador-Geral de Justiça, com a participação das Procuradorias de Justiça, Coordenadorias de Recursos, Promotorias de Justiça e Centros de Apoio Operacional.

O Plano Geral de Atuação 2014 contempla a execução prioritária dos programas e projetos definidos no Planejamento Estratégico realizado pela Instituição, sendo ouvidos, na definição das prioridades, os Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais, os Centros de Apoio Operacional e os membros da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico, permanecendo destacada 1 (uma) prioridade estadual e 8 (oito) tematizadas, conforme é detalhado a seguir:

## PRIORIDADE ESTADUAL

**SANEAMENTO BÁSICO**

## PRIORIDADES VINCULADAS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE IMPACTO SOCIAL E AOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

DIREITOS HUMANOS E TERCEIRO SETOR	<b>MELHOR IDADE</b>
CONSUMIDOR	<b>ALIMENTO SEM RISCO</b>
CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE	<b>EFETIVIDADE DE DECISÕES EM ADIs PROPOSTAS PELO MPSC</b>
CRIMINAL	<b>REESTRUTURAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO</b>
INFÂNCIA E JUVENTUDE	<b>SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL</b>
MEIO AMBIENTE	<b>SANEAMENTO BÁSICO</b>
MORALIDADE ADMINISTRATIVA	<b>LIMPE</b>
ORDEM TRIBUTÁRIA	<b>SAÚDE FISCAL DOS MUNICÍPIOS</b>

O detalhamento das informações referentes às iniciativas estratégicas priorizadas estão destacadas no conteúdo apresentado pelos Centros de Apoio Operacional.



**CDH**

Centro de Apoio Operacional  
dos Direitos Humanos e  
Terceiro Setor

## 1. Acessibilidade Total

### OBJETIVO

---

Garantir a livre circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a adequação dos espaços públicos e privados de uso coletivo e dos serviços públicos às normas relativas à acessibilidade, suprimindo barreiras e obstáculos arquitetônicos; promover a educação inclusiva.

### PÚBLICO-ALVO:

---

Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

---

#### **1. Diagnosticar as condições de acessibilidade nos Postos e Unidades Básicas de Saúde (SUS)**

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

#### **2. Promover medidas visando à acessibilidade nos Postos e nas Unidades Básicas de Saúde (SUS)**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

### **3. Acompanhar as ações para a garantia da acessibilidade nos Postos e nas Unidades Básicas de Saúde (SUS)**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

### **4. Promover medidas visando à acessibilidade espacial nas escolas públicas e privadas**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

### **5. Acompanhar as ações para a garantia da acessibilidade espacial nas escolas**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

### **6. Implementar as estratégias geradas pelo Grupo de Trabalho SC Acessível**

Resultado da ação: Projetos voltados à garantia da acessibilidade

Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

---

1. Aumentar o número de Postos e Unidades Básicas de Saúde adequadas às normas de acessibilidade.
2. Aumentar o número de escolas públicas e privadas adequadas às normas de acessibilidade espacial.

<b>INDICADORES</b>	<b>2013 REALIZADO</b>	<b>2014 META</b>
Índice de Municípios formalmente comprometidos em adequar os Postos e as Unidades Básicas de Saúde às normas de acessibilidade espacial	<b>ND</b>	<b>10%</b>
Índice de escolas públicas municipais formalmente comprometidas em se adequar às normas de acessibilidade espacial	<b>3%</b>	<b>10%</b>
Índice de escolas públicas estaduais formalmente comprometidas em se adequar às normas de acessibilidade espacial	<b>1%</b>	<b>10%</b>
Índice de escolas privadas formalmente comprometidas em se adequar às normas de acessibilidade espacial	<b>7%</b>	<b>10%</b>

ND – Não disponível

## **2. Prevenção ao Uso de Drogas e Garantia de Atenção ao Usuário**

### OBJETIVO

Promover a implantação e fiscalizar a execução de políticas públicas com vistas à prevenção do uso de drogas, à conscientização, ao tratamento e à reinserção social de usuários e dependentes.

### PÚBLICO-ALVO

Pessoas usuárias ou dependentes de droga e instituições de atendimento.

**1. Diagnosticar a adequação das comunidades terapêuticas e estabelecimentos de saúde que promovam o tratamento de transtornos decorrentes do uso de drogas**

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico das entidades fiscalizadas e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

**2. Promover medidas visando à adequação das comunidades terapêuticas e estabelecimentos de saúde voltados ao tratamento de transtornos decorrentes do uso de drogas**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

**3. Acompanhar as ações implementadas para adequação das instituições fiscalizadas**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

**4. Diagnosticar, nos Municípios catarinenses, a existência e a efetiva atuação dos Conselhos Municipais Antidrogas**

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

**5. Promover medidas visando à criação e à efetiva atuação dos Conselhos Municipais Antidrogas**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

## 6. Acompanhar as ações para a criação de Conselhos Municipais Antidrogas e para a sua efetiva atuação

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Aumentar o número de Conselhos Municipais Antidrogas.
2. Aumentar o número de Conselhos Municipais Antidrogas ativos.
3. Aumentar o número de comunidades terapêuticas e estabelecimento de saúde que promovem o tratamento de transtornos decorrentes do uso de droga adequados à legislação.
4. Aumentar o número de usuários institucionalizados atendidos de acordo com a legislação.
5. Diminuir a reincidência.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de comunidades terapêuticas vistoriadas	39%	100%
Índice de Municípios catarinenses com Conselhos Municipais Antidrogas	38%	60%
Índice de Conselhos Municipais Antidrogas ativos	32%	65%

## 3. Melhor Idade

OBJETIVO

Zelar pela efetivação dos direitos e garantias previstas no Estatuto do Idoso, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o di-



reito à vida; fomentar a implantação de Instituições de Longa Permanência para Idosos, bem como promover sua adequação às normas de regência, fiscalizando-as de forma permanente.

## PÚBLICO-ALVO

---

Pessoas idosas e instituições de atendimento.

## AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

### **1. Diagnosticar a adequação das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)**

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico das entidades fiscalizadas com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

### **2. Promover medidas visando à adequação das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

### **3. Acompanhar as ações implementadas para adequação das instituições fiscalizadas**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

### **4. Diagnosticar, nos Municípios catarinenses, a existência e a efetiva atuação dos Conselhos Municipais do Idoso**

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

## 5. Promover medidas visando à criação e à efetividade dos Conselhos Municipais do Idoso

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

## 6. Acompanhar as ações para a criação de Conselhos Municipais do Idoso e a sua efetiva atuação

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Aumentar o número de Municípios catarinenses com Conselhos Municipais do Idoso.
2. Aumentar o número de Conselhos Municipais do Idoso ativos.
3. Aumentar o número de Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPI) adequadas à legislação.
4. Aumentar o número de idosos institucionalizados atendidos de acordo com a legislação.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPI) vistoriadas	74%	100%
Índice de Municípios catarinenses com Conselhos Municipais do Idoso	51%	60%
Índice de Conselhos Municipais do Idoso ativos	56%	65%

## 4. Mais Saúde

### OBJETIVO

---

Garantir a prevenção e promoção de saúde por meio de oferta adequada de serviços, com qualidade e resolutividade, pelos Municípios e Estado.

### PÚBLICO-ALVO

---

População do Estado Catarinense.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

#### **1. Diagnosticar a adequação da rede de atenção básica dos Municípios catarinenses aos parâmetros legais, em termos de estrutura mínima de atendimento**

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

#### **2. Promover medidas visando à adequação da rede de atenção básica dos Municípios catarinenses aos parâmetros legais, em termos de estrutura mínima de atendimento**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

#### **3. Acompanhar as ações implementadas para adequação da rede de atenção básica**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das medidas judiciais e extrajudiciais tomadas pelas Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

## RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Aumentar o número de Municípios com a rede de atenção básica adequada aos parâmetros legais, em termos de estrutura mínima existente.
2. Aumentar o nível de resolutividade e prevenção do nível básico de atenção à saúde.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios comprometidos em adequar a estrutura das equipes ESF aos parâmetros legais	ND	10%

ND – Não disponível

## 5. Atenção à Saúde Mental

### OBJETIVO

---

Promover a implantação e fiscalizar a execução de políticas públicas voltadas ao tratamento ambulatorial e, quando indicado, em regime de internação na área da saúde mental.

### PÚBLICO-ALVO

---

População do Estado Catarinense.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

#### 1. Diagnosticar as condições dos serviços voltados ao tratamento ambulatorial e em regime de internação na área da saúde mental

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça, incluindo a

elaboração de um manual com orientações de rotina.

Responsável: CDH

## **2. Promover medidas visando à criação e/ou ampliação de serviços voltados ao tratamento da saúde mental**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

## **3. Acompanhar as ações para a criação e/ou ampliação dos serviços na área de saúde mental**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das medidas judiciais e extrajudiciais tomadas pelas Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

### 1. Aumentar o número de serviços na área de saúde mental.

<b>INDICADORES</b>	<b>2013 REALIZADO</b>	<b>2014 META</b>
Número de serviços criados/estruturados na área de saúde mental em decorrência da ação do Ministério Público	<b>ND</b>	<b>50</b>

ND – Não disponível

A close-up photograph of a person's hands holding a clear glass filled with water. The person is wearing a plaid shirt. The image has a green tint. A red rectangular overlay is positioned in the upper right quadrant, containing the text 'CCO' and 'Centro de Apoio Operacional do Consumidor'.

**CCO**

Centro de Apoio Operacional  
do Consumidor

## 1. Alimento Sem Risco

### OBJETIVO

---

Reduzir a quantidade de resíduos agrotóxicos, em alimentos *in natura* ou em fase de industrialização, a patamares tolerados pela legislação; eliminar a presença de resíduos de agrotóxicos, em alimentos *in natura* e processados, em desacordo com as culturas próprias; evitar a incidência de resíduos de agrotóxicos, cuja comercialização está proibida em Santa Catarina, em alimentos *in natura* ou processados; conscientizar produtores e consumidores para a produção e consumo de alimentos que não acarretem riscos à saúde e à vida humana.

### PÚBLICO-ALVO

---

Sociedade catarinense e fornecedores de alimento.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

#### 1. Manter o monitoramento de alimentos *in natura* ou em fase de industrialização para identificar resíduos indevidos de agrotóxicos

Resultado da ação: Laudos de análise laboratorial e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CCO, condicionado à participação dos parceiros

## 2. Promover medidas visando ao combate do uso indiscriminado de agrotóxicos

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça, sob demanda

## 3. Acompanhar as ações implementadas em relação aos laudos recebidos

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CCO

## 4. Desenvolver trabalho de educação sobre o uso legalmente permitido ou indevido de agrotóxico na produção agrícola e sobre o consumo de alimentos que não ofereçam riscos

Resultado da ação: Cartilhas e *folders* revisados e atualizados

Responsável: CCO

### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Reduzir o percentual de alimentos contaminados com resíduos agrotóxicos em desconformidade legal, tomando por referência o total de produtos analisados.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Número de amostras de alimentos analisados, para aferir a presença de resíduos de agrotóxicos em desconformidade legal	480	520



## 2. Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal

### OBJETIVO

---

Proteger a saúde dos consumidores, coibindo a produção e a comercialização de produtos de origem animal que não atendam às normas sanitárias; orientar manipuladores, comerciantes e consumidores para os riscos à saúde no consumo de produtos inadequados e para a necessidade de adequação das estruturas de produção, armazenagem, transporte e comercialização de produtos às exigências legais; e ampliar o número de fornecedores certificados pelos órgãos competentes estaduais e federais.

### PÚBLICO-ALVO

---

Consumidor de produtos de origem animal.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

#### 1. Fomentar e monitorar a fiscalização da comercialização de produtos de origem animal, por órgãos parceiros

Resultado da ação: Relatório de fiscalização com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CCO

#### 2. Promover medidas visando à garantia dos direitos do consumidor de produtos de origem animal

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça, sob demanda

### 3. Acompanhar as ações implementadas em relação aos autos de fiscalizações

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CCO

### 4. Elaborar material para inserção em rádios e, eventualmente, TV, sobre a comercialização e o consumo de Produtos de Origem Animal

Resultado da ação: Material para divulgação

Responsável: CCO

### 5. Promover medidas visando à sensibilização de fornecedores e consumidores sobre a importância do POA

Resultado da ação: Distribuição de material didático do POA

Responsável: Promotor de Justiça e CCO

#### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

---

1. Diminuir o percentual de irregularidades em relação ao número de fiscalizações realizadas.
2. Mensurar a quantidade de produtos apreendidos em toneladas, por tipos de irregularidades.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Número de Municípios fiscalizados, para aferir a presença de irregularidades	124	100



# CECCON

Centro de Apoio Operacional do  
Controle de Constitucionalidade

Iniciativa Estratégica – CECCON

## 1. Efetividade de Decisões em ADIs Propostas pelo MPSC

### OBJETIVO

Diagnosticar os casos em que não são adotadas as providências para o cumprimento de decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade, cuja iniciativa seja do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, promovendo aquelas necessárias a tal efetividade.

### PÚBLICO-ALVO

Órgãos de Execução do Ministério Público e órgãos públicos em geral.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

#### 1. Identificar todas as decisões transitadas em julgado em Ações Diretas de Inconstitucionalidade aforadas pelo MPSC, com adoção, quando pertinente, das medidas necessárias ao seu cumprimento

Resultado da ação: Decisões judiciais em ADIs identificadas

Responsável: Procurador-Geral de Justiça, Promotor de Justiça e CECCON

#### 2. Promover medidas visando ao efetivo cumprimento das decisões judiciais em ADIs

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Procurador-Geral de Justiça, Promotor de Justiça e CECCON

### 3. Acompanhar as ações para a efetividade de decisões em ADIs propostas pelo MPSC

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CECCON

#### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Promover o efetivo cumprimento das decisões judiciais proferidas em ações de inconstitucionalidade promovidas pelo MPSC.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de finalização dos CEADIs instaurados até julho de 2013	ND	100%

ND – Não disponível

**CCR**

Centro de Apoio Operacional  
Criminal



## 1. Reestruturação do Controle Externo

### OBJETIVO

---

Permitir ao Promotor de Justiça o pleno desenvolvimento do exercício do controle externo da atividade policial, buscando uma aproximação entre as instituições para, em conjunto, tornar os procedimentos de investigação policial, cerne do trabalho do Promotor com atribuição no crime, mais eficiente e célere, prevenindo, orientando e fiscalizando eventuais deficiências ou faltas praticadas, com adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais que importem na efetividade dessa função.

### PÚBLICO-ALVO

---

População do Estado de Santa Catarina.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

#### 1. Realizar estudos visando à adequação da atuação especializada dos órgãos institucionais na área do controle externo

Resultado da ação: Estudos realizados para definir as medidas a serem executadas

Responsável: CCR

#### 2. Fiscalizar o exercício da Atividade Policial

Resultado da ação: Atividade policial fiscalizada

Responsável: Promotor de Justiça

### 3. Revisar e atualizar o Manual de Rotinas Básicas de Atuação Funcional

Resultado da ação: Manual básico de atuação funcional revisado e atualizado

Responsável: CCR

#### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Aumentar a participação do Ministério Público nas questões de Segurança Pública e no acompanhamento da atividade policial.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Número de visitas técnicas a Delegacias de Polícia	ND	150
Número de postulações/ações desenvolvidas em prol da segurança pública	16	30

ND – Não disponível

## 2. Controle da Execução Penal

#### OBJETIVO

---

Detectar situações de risco e adotar as medidas necessárias quanto ao efetivo cumprimento das penas, bem como combater as atividades ilícitas das organizações criminosas dentro das unidades prisionais e a corrupção dos agentes públicos do sistema carcerário.



Pessoas submetidas à imposição de pena e a população carinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

**1. Promover medidas visando à manutenção, efetividade e criação e instalação de novas Centrais de Penas e Medidas Alternativas**

Resultado da ação: ações realizadas em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Responsável: CCR

**2. Fiscalizar e acompanhar as atividades das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs)**

Resultado da ação: Relatório detalhado das penas e medidas alternativas cumpridas

Responsável: Promotor de Justiça e CCR

**3. Fiscalizar as Unidades Prisionais**

Resultado da ação: Elaboração de relatório e tomada de medidas judiciais e administrativas

Responsável: Promotor de Justiça

**4. Promover medidas visando a melhorias estruturais nas Unidades Prisionais**

Resultado da ação: Unidades prisionais adequadas às exigências da Lei de Execução Penal (LEP)

Responsável: Promotor de Justiça

## 5. Promover medidas visando à atuação integrada com a Diretoria de Informações da Secretaria de Justiça e Cidadania (DINF)

Resultado da ação: Abastecimento dos bancos de dados do Ministério Público, com informações sensíveis de inteligência e segurança

Responsável: CCR

## 6. Prestar apoio técnico-jurídico ao Grupo Estadual da Execução Penal (GEEP), abastecendo-o com todas as informações de segurança

Resultado da ação: Fortalecimento do GEEP

Responsável: PGJ, CCR

### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Aumentar a fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas impostas.
2. Diminuir a reincidência.
3. Padronizar ações e encaminhamentos relacionados à execução penal.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de cumprimento das sanções impostas nas CPMAs	83%	100%
Índice de reincidência nas CPMAs	1,8%	3%
Número de ações e providências para a melhoria das unidades prisionais	32	40

### **3. Prioridade na Análise dos Inquéritos Policiais sobre Homicídio**

#### OBJETIVO

---

Conclusão dos inquéritos policiais, com uma das seguintes providências: denúncia por homicídio, denúncia por outro crime ou, ainda, não concluídos ou judicializados.

#### PÚBLICO-ALVO

---

Delegacias de Polícia.

#### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

##### **1. Fiscalizar a regular tramitação dos Inquéritos Policiais de homicídios dolosos, instaurados até 2007**

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais não concluídos em cada Comarca

Responsável: Promotor de Justiça

##### **2. Acompanhar os Inquéritos Policiais de homicídios dolosos em trâmite, instaurados até 2007**

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais concluídos em cada Comarca

Responsável: CCR

##### **3. Fiscalizar a regular tramitação dos Inquéritos Policiais de homicídios dolosos, instaurados em 2008**

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais não concluídos em cada Comarca

Responsável: Promotor de Justiça

#### 4. Acompanhar os Inquéritos Policiais de homicídios dolosos em trâmite, instaurados em 2008

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais concluídos em cada Comarca

Responsável: CCR

#### 5. Fiscalizar a regular tramitação dos Inquéritos Policiais de homicídios dolosos, instaurados em 2009

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais não concluídos em cada Comarca

Responsável: Promotor de Justiça

#### 6. Acompanhar os Inquéritos Policiais de homicídios dolosos em trâmite, instaurados em 2009

Resultado da ação: Relatório dos Inquéritos Policiais concluídos em cada Comarca

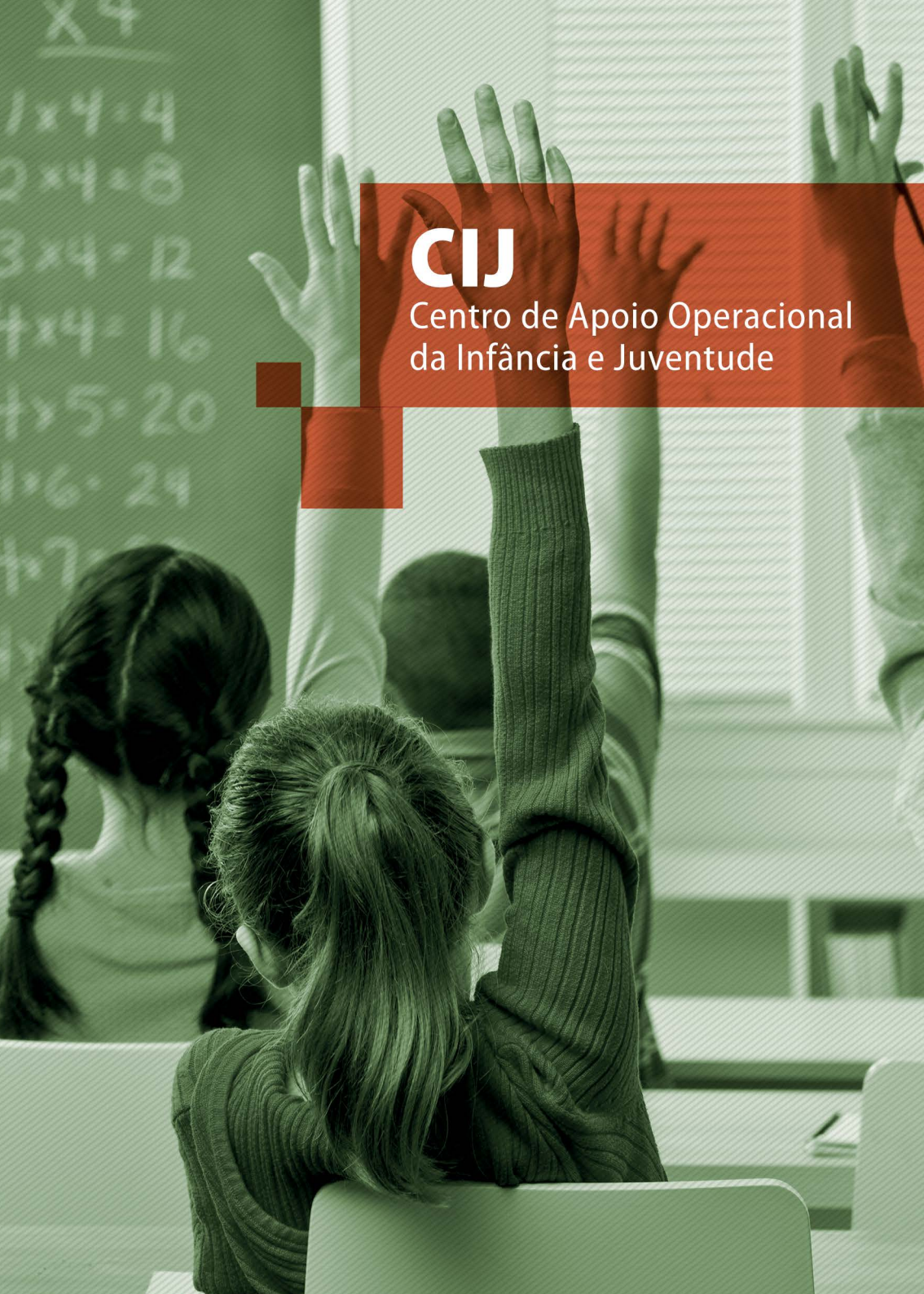
Responsável: CCR

### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Aumentar o número de ações penais iniciadas no Tribunal do Júri.
2. Atender à meta anual da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública ENASP.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Número de ações penais iniciadas no tribunal do júri	1032	1000
Índice da meta anual da ENASP 2007	91,5%	100%
Índice da meta anual da ENASP 2008	80%	100%
Índice da meta anual da ENASP 2009	40,4%	100%



**CIJ**

Centro de Apoio Operacional  
da Infância e Juventude

## O.E. 5 – PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E GARANTIAS INFANTOJUVENIS

### Iniciativa Estratégica – CIJ

## 1. APOIA

### OBJETIVO

Reduzir a evasão e a infrequência escolar; instar o fortalecimento das políticas públicas intersetoriais relacionadas à educação infantojuvenil para prevenir e combater o abandono e a reprovação escolar, bem como promover a educação de qualidade e o sucesso escolar.

### PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes que necessitam de medidas para garantia do pleno direito à educação, bem como seus responsáveis legais.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

#### **1. Promover medidas visando ao retorno de alunos evadidos ou infrequentes**

Resultado da ação: Procedimentos instaurados para promover o retorno de alunos evadidos ou infrequentes à escola

Responsável: Promotor de Justiça

#### **2. Acompanhar as ações e os resultados do Programa APOIA**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas e estatísticas obtidas com o Sistema APOIA On-line

Responsável: CIJ

### 3. Promover medidas visando à atuação integrada com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos voltados à educação infantojuvenil

Resultado da ação: Criação de Grupos de Trabalho (GTs) em cada Município e fomento à criação de um Fórum Estadual permanente em prol da educação infantojuvenil

Responsável: CIJ

### 4. Promover medidas visando à atuação integrada com a Secretaria de Estado da Educação, as Secretarias Municipais da Educação e o Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Santa Catarina na execução do sistema APOIA *On-line*

Resultado da ação: Assinatura do Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Educação e o Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Santa Catarina; Assinatura dos Termos de Adesão com as Secretarias Municipais da Educação

Responsável: Procurador-Geral de Justiça e Promotores de Justiça

## RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar o retorno à sala de aula de alunos evadidos e infrequentes.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de alunos de 4 a 17 anos, das redes educacionais públicas (três esferas) e particulares, abrangidos pelo sistema APOIA <i>On-line</i>	ND	25%
Índice de Municípios com Termos de Adesão ao sistema APOIA <i>On-line</i> firmados	ND	10%

ND – Não disponível

## 2. Saúde Mental Infantojuvenil

### OBJETIVO

---

Incentivar o aperfeiçoamento da estrutura da rede de atendimento, em saúde mental infantojuvenil, na baixa, média e alta complexidade do SUS.

### PÚBLICO-ALVO

---

Crianças e adolescentes que necessitam de atendimento na área da saúde mental infantojuvenil, bem como seus responsáveis legais.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

#### **1. Promover medidas visando à garantia do direito à saúde mental infantojuvenil mediante acesso de crianças e adolescentes a equipes de saúde mental na atenção básica (NASF)**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

#### **2. Acompanhar as ações para o incremento dos serviços na rede de saúde mental infantojuvenil**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento das ações realizadas para o incremento da quantidade de equipes de saúde mental na atenção básica (NASF)

Responsável: CIJ

#### **3. Promover medidas visando à garantia do direito à saúde mental infantojuvenil mediante a ampliação do número de Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenil (CAPSi)**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça



#### **4. Acompanhar as ações para a ampliação dos CAPSi**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento das ações realizadas pelas PJs para a ampliação do número de serviços

Responsável: CIJ

#### **5. Diagnosticar a situação relativa ao número de vagas infantojuvenis (não necessariamente exclusivas) para atendimento psiquiátrico de alta complexidade**

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico do número de vagas disponíveis em hospitais gerais e hospitais infantojuvenis

Responsável: CIJ

#### **6. Promover medidas visando à garantia do direito à saúde mental infantojuvenil mediante a ampliação do número de vagas infantojuvenis de alta complexidade**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

#### **7. Acompanhar as ações para a ampliação das vagas psiquiátricas infantojuvenis de alta complexidade**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento das ações realizadas pelas PJs para a ampliação do número de vagas

Responsável: CIJ

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

---

1. Aumentar o número de atendimentos em saúde mental infantojuvenil na baixa, média e alta complexidade, reduzindo a demanda reprimida em todo o Estado.

<b>INDICADORES</b>	<b>2013 REALIZADO</b>	<b>2014 META</b>
Índice de Municípios com equipes de saúde mental na atenção básica (equipes NASF com saúde mental)	<b>60%</b>	<b>65%</b>
Índice de PJs que promoveram ações judiciais ou extrajudiciais visando à implantação de CAPS infantojuvenil nos Municípios que atendem ao critério populacional	<b>25%</b>	<b>62,50%</b>
Índice de PJs que promoveram ações judiciais ou extrajudiciais visando ao aumento do número de vagas infantojuvenis para atendimento psiquiátrico de alta complexidade, nos Municípios que já dispõem do serviço	<b>ND</b>	<b>10%</b>

ND – Não disponível

### **3. Fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense**

#### OBJETIVO

Estruturar o sistema socioeducativo catarinense de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

#### PÚBLICO-ALVO

Adolescentes em conflito com a lei e seus representantes legais.

**1. Promover medidas visando ao fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

**2. Acompanhar as ações para a ampliação e o fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense em meio aberto**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento da quantidade de serviços, capacidade instalada, e número de atendimentos em meio aberto

Responsável: CIJ

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

---

1. Incrementar o número de programas socioeducativos em meio aberto, nas localidades com demanda reprimida, em todo o Estado.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com programas socioeducativos em meio aberto	<b>32,5%</b>	<b>37%</b>



**CME**

Centro de Apoio Operacional  
do Meio Ambiente

## 1. Lixo Nosso de Cada Dia

### OBJETIVO

---

Promover a recuperação de áreas degradadas, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, além de estimular os órgãos de execução a exigir implantação de políticas públicas.

### PÚBLICO ALVO

---

Administração municipal e população catarinense.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

#### **1. Diagnosticar a situação relativa à elaboração e publicação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

Resultado da ação: Relatório de avaliação dos Municípios e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

#### **2. Promover medidas visando à aprovação por lei dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

### **3. Acompanhar as medidas para a elaboração e aprovação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CME

### **4. Promover medidas visando à adequação dos aterros sanitários no Estado de Santa Catarina (controle da vida útil, licitude e eficiência dos aterros)**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

### **5. Acompanhar as medidas voltadas à adequação dos aterros sanitários no Estado de Santa Catarina**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas para a adequação dos aterros sanitários

Responsável: CME

### **6. Estabelecer metodologia para o cumprimento das diretrizes da P Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em face das peculiaridades regionais**

Resultado da ação: Metodologia definida e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

### **7. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à coleta seletiva de lixo**

Resultado da ação: Diagnóstico realizado e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

## **8. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à correta destinação dos resíduos sólidos industriais**

Resultado da ação: Diagnóstico realizado e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

## **9. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à correta destinação dos resíduos de serviços de saúde**

Resultado da ação: Diagnóstico realizado e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

## **10. Acompanhar as medidas para a adequação da destinação dos resíduos industriais**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas para a adequação da destinação dos resíduos

Responsável: CME

## **11. Acompanhar as medidas para a adequação da destinação dos resíduos de serviços de saúde**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas para a adequação da destinação dos resíduos

Responsável: CME

### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Aumentar o número de Municípios com Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
2. Aumentar o número de aterros sanitários em condições sustentáveis.
3. Promover a correta destinação dos resíduos.

<b>INDICADORES</b>	<b>2013 REALIZADO</b>	<b>2014 META</b>
Índice de Municípios com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos aprovados em lei	<b>12%</b>	<b>100%</b>
Índice de aterros sanitários em condições sustentáveis	<b>81%</b>	<b>100%</b>
Índice de Municípios com coleta seletiva de lixo	<b>39%</b>	<b>50%</b>
Índice de aterros industriais licenciados no Estado	<b>ND</b>	<b>25%</b>
Índice de unidades de tratamento de resíduos de serviços de saúde licenciados no Estado	<b>ND</b>	<b>25%</b>

ND – Não disponível

## 2. Saneamento Básico

### OBJETIVO

Aumentar o índice de esgotamento sanitário e a eficiência dos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

### PÚBLICO-ALVO

Administração municipal e população catarinense.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

#### 1. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à elaboração e publicação dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico da existência e



publicação dos planos municipais de saneamento e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

## **2. Promover medidas visando à elaboração e aprovação por lei dos Planos Municipais de Saneamento Básico**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

## **3. Diagnosticar a atuação dos Municípios para efeito de implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico**

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico dos Municípios com projetos de esgotamento elaborados e em execução e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

## **4. Promover medidas visando à efetivação do esgotamento sanitário nos Municípios catarinenses**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

## **5. Acompanhar a implementação de medidas que visem à efetivação do esgotamento sanitário nos Municípios catarinenses**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas para o saneamento dos Municípios catarinenses

Responsável: CME

## RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Aumentar o número de Municípios com planos de saneamento.
2. Aumentar o percentual da população beneficiada com sistema de esgoto sanitário.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com Plano de Saneamento Básico aprovados em lei	45%	100%

### 3. Defesa da Flora e da Fauna

#### OBJETIVO

---

Fomentar a implantação de políticas públicas de proteção à flora e à fauna.

#### PÚBLICO-ALVO

---

Sociedade catarinense.

#### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

##### **1. Promover medidas visando à regulamentação de metodologia para elaboração dos planos de manejo das Unidades de Conservação**

Resultado da ação: Metodologia elaborada

Responsável: CME

## 2. Promover medidas visando à proteção e incentivo à criação de Unidades de Conservação nos Municípios catarinenses

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

## 3. Acompanhar as medidas de proteção e de incentivo à criação de Unidades de Conservação nos Municípios catarinenses

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CME

### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Melhorar a gestão das Unidades de Conservação existentes no Estado.
2. Aumentar o número de Unidades de Conservação no Estado.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Unidades de Conservação no Estado com gestão adequada	1%	5%
Índice de Unidades de Conservação no Estado diagnosticadas e incluídas no cadastro da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	ND	50%

ND – Não disponível

## 4. Defesa do Patrimônio Histórico-Cultural

### OBJETIVO

---

Promover a efetiva proteção do patrimônio histórico-cultural dos Municípios catarinenses.

### PÚBLICO-ALVO

---

Administração municipal, estadual e sociedade catarinense.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

#### **1. Diagnosticar a situação para efeito de criação e manutenção dos arquivos públicos municipais e estadual**

Resultado da ação: Diagnóstico e material de apoio para atuação dos Promotores de Justiça

Responsável: CME

#### **2. Promover medidas visando à implantação e estruturação dos arquivos públicos, em cumprimento à política nacional de arquivos públicos e privados**

Resultado da ação: Recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

#### **3. Acompanhar as medidas para criação e manutenção dos arquivos públicos municipais e estadual**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CME

#### 4. Diagnosticar a situação dos bens tombados

Resultado da ação: Diagnóstico dos bens tombados

Responsável: CME

##### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Melhorar a gestão dos documentos permanentes do Estado.
2. Aumentar a proteção dos bens tombados.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com arquivos públicos estruturados	ND	30%
Índice de Municípios com cadastro de bens tombados	ND	30%

ND – Não disponível

#### 5. Ordem Urbanística

##### OBJETIVO

---

Zelar pela sustentabilidade das cidades; regularização de áreas degradadas; proteção de áreas especialmente protegidas; fiscalização do uso e ocupação do solo urbano; acompanhamento da elaboração e respectivas alterações legislativas.

##### PÚBLICO-ALVO

---

Administração municipal e sociedade catarinense.

**1. Realizar estudos visando à adequada participação do MPSC no processo de regularização fundiária**

Resultado da ação: Auxiliar na identificação dos principais problemas e na elaboração de estratégias destinadas à regularização fundiária no Município

Responsável: CME e Promotores de Justiça Regionais do Meio Ambiente

**2. Diagnosticar a situação dos Municípios quanto à existência e à adequação dos planos diretores municipais**

Resultado da ação: Diagnóstico e material de apoio para atuação dos Promotores de Justiça

Responsável: CME

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Promover o planejamento urbano e o crescimento ordenado dos Municípios.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com planos diretores atualizados	ND	30%
Índice de Municípios com planos diretores aprovados	ND	30%

ND – Não disponível



**CMA**

Centro de Apoio Operacional  
da Moralidade Administrativa

## O.E. 7 – COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA

### Iniciativa Estratégica – CMA

## 1. LIMPE

### OBJETIVO

---

Criar métodos direcionados à análise, tramitação e condução dos procedimentos administrativos e judiciais, objetivando uma solução eficiente na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa.

### PÚBLICO-ALVO

---

Sociedade catarinense e Promotores de Justiça que atuam na moralidade administrativa.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

#### **1. Diagnosticar qualitativa e quantitativamente o passivo de Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação (PET)**

Resultado da ação: Relatório de Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação na área da moralidade administrativa

Responsável: CMA

#### **2. Acompanhar a evolução quantitativa dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação (PET)**

Resultado da ação: Relatório quantitativo dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação

Responsável: CMA



### 3. Diagnosticar o tempo médio dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação (PET) durante o ano de 2014

Resultado da ação: Relatório do tempo médio dos Procedimentos Extrajudiciais em Tramitação Responsável: CMA

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

1. Redução do tempo médio de tramitação dos procedimentos extrajudiciais da moralidade administrativa.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Tempo médio total de tramitação dos Procedimentos Extrajudiciais (NF, IC, PP e PIC)	<b>NF – 219 dias</b> <b>IC – 718 dias</b> <b>PP – 257 dias</b> <b>PIC – 500 dias</b>	<b>NF – 197 dias</b> <b>IC – 646 dias</b> <b>PP – 231 dias</b> <b>PIC – 450 dias</b>
Número de procedimentos instaurados anteriormente a 31/12/2008 e finalizados até 31/12/2014	<b>74,94%</b>	<b>100%</b>

## 2. Transparência e Cidadania

OBJETIVO

Promover a defesa da transparência e do acesso à informação na administração pública, por meio do cumprimento das Leis de Acesso à Informação e da Transparência pelos órgãos da administração pública, direta e indireta, estaduais e municipais.

Administração pública, direta e indireta, estaduais e municipais.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

**1. Diagnosticar o quantitativo referente aos Municípios com mais de 10.000 habitantes que possuem sítios oficiais e portais da transparência**

Resultado da ação: Relatório de diagnóstico

Responsável: CMA

**2. Promover medidas visando à atuação integrada com stakeholders (FECAM, CGU, Observatórios Sociais, entre outros), para a obtenção de informações quantitativas e qualitativas, no âmbito do referido programa**

Resultado da ação: Relatório

Responsável: CMA

**3. Promover medidas visando ao saneamento das irregularidades identificadas**

Resultado da ação: Adoção das medidas cabíveis

Responsável: Promotores de Justiça

**4. Acompanhar os sítios oficiais e portais da transparência dos órgãos públicos quanto à disponibilização de informações exigidas pela lei**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento

Responsável: CMA

## RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Cumprimento, pelos Municípios catarinenses com mais de 10.000 habitantes, da obrigatoriedade de divulgação das informações através de sítios oficiais ou portais da transparência.

<b>INDICADORES</b>	<b>2013</b> REALIZADO	<b>2014</b> META
Índice de Municípios catarinenses com mais de 10.000 habitantes que publicam as informações em sítios oficiais ou portais da transparência	<b>Prefeituras Municipais – 95,12%</b> <b>Câmaras Municipais – 69,91%</b>	<b>100%</b>

A stack of silver coins is positioned on the left side of the image. The background is a document with various numbers printed on it. A semi-transparent orange rectangle is overlaid on the right side of the image, containing the text 'COT' and its full name. The overall color palette is dominated by green and orange.

# COT

Centro de Apoio Operacional  
da Ordem Tributária

## 1. Saúde Fiscal dos Municípios

### OBJETIVO

---

Incentivar a implementação de estrutura, fiscalização e cobrança dos tributos municipais.

### PÚBLICO-ALVO

---

Sociedade catarinense e administrações municipais.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

---

#### 1. Promover medidas visando à elaboração e publicação de legislação tributária municipal adequada

Resultado da ação: Apresentação de minutas de legislação tributária municipal e outras propostas relacionadas, com o objetivo de alcançar os princípios constitucionais imprescindíveis para o legítimo controle, fiscalização e cobrança dos tributos municipais

Responsável: COT

#### 2. Acompanhar as medidas para a elaboração e publicação de legislação tributária municipal

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: COT

### **3. Promover medidas visando à estruturação municipal para a fiscalização e a cobrança de tributos**

Resultado da ação: Apresentação de minutas de legislação tributária municipal e outras propostas relacionadas, com o objetivo de alcançar os princípios constitucionais imprescindíveis para o legítimo controle, fiscalização e cobrança dos tributos municipais

Responsável: COT

### **4. Acompanhar as medidas para a estruturação municipal para a fiscalização e a cobrança de tributos**

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: COT

### **5. Promover medidas visando à conscientização dos agentes públicos municipais e sociedade sobre a importância da arrecadação municipal, por meio da cobrança regular de tributos**

Resultado da ação: Distribuição de cartilhas, *folders*, material audiovisual

Responsável: COT e Promotores de Justiça

#### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

---

1. Aumentar o número de Municípios com legislação tributária municipal adequada.
2. Aumentar o número de Municípios com estrutura adequada à fiscalização, cobrança e controle da arrecadação dos tributos municipais.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com legislação tributária adequada	ND	50%
Índice de Municípios com estrutura adequada à fiscalização e cobrança de tributos	ND	50%

ND – Não disponível

## 2. União contra a Sonegação

### OBJETIVO

Interagir, contínua e progressivamente, com instituições e órgãos públicos cujas atividades estejam relacionados à ordem tributária.

### PÚBLICO-ALVO

Dirigentes de instituições e órgãos públicos cujas atividades estejam relacionados à ordem tributária.

### AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

#### 1. Promover medidas visando à atuação institucional integrada com as Secretarias Municipais da Fazenda, Procuradorias-Gerais dos Municípios e demais órgãos

Resultado da ação: Termos de Cooperação Técnica firmados  
Responsável: Procurador-Geral de Justiça e Promotores de Justiça

## 2. Acompanhar a execução dos termos de cooperação técnica firmados relacionados à ordem tributária

Resultado da ação: Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: COT

### RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

1. Aumentar o número de termos de cooperação técnica firmados e/ou aperfeiçoar os termos existentes entre o Ministério Público e as instituições cujas atividades estejam relacionadas à ordem tributária.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Municípios com termos de cooperação técnica firmados, com o MPSC, para a efetividade da arrecadação tributária municipal	ND	50%

ND – Não disponível

## 3. Combate à Sonegação Fiscal

### OBJETIVO

Buscar a responsabilização criminal dos infratores, intensificando a recuperação dos tributos sonegados.

### PÚBLICO-ALVO

Autores e partícipes de crimes contra a ordem tributária.



**1. Realizar estudos visando à adequação da atuação regionalizada da ordem tributária na Grande Florianópolis**

Resultado da ação: Estudos para a adequação da atuação regionalizada da ordem tributária na Grande Florianópolis

Responsável: COT

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA:

---

1. Concluir a inserção das Comarcas do Estado na Regionalização da Ordem Tributária.

INDICADORES	2013 REALIZADO	2014 META
Índice de Comarcas inseridas na regionalização da ordem tributária	94%	100%

# COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

**Procurador-Geral de Justiça**  
Lio Marcos Marin

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**  
Antenor Chinato Ribeiro

**Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais**  
Keli Soares de Anhaia

**Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais**  
Walkyria Ruicir Danielski

**Secretário-Geral do Ministério Público**  
Cid Luiz Ribeiro Schmitz

**Assessores do Procurador-Geral de Justiça**  
Durval da Silva Amorim  
Fábio Strecker Schmitt  
Abel Antunes de Mello  
Maury Roberto Viviani  
Rogério Ponzi Seligman  
Luciano Trierweiler Naschenweng  
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt

## **Colégio de Procuradores de Justiça**

**Presidente:** Lio Marcos Marin  
Paulo Antônio Günther  
José Galvani Alberton  
Odil José Cota  
Paulo Roberto Speck  
Raul Schaefer Filho  
Pedro Sérgio Steil  
José Eduardo Orofino da Luz Fontes  
Humberto Francisco Scharf Vieira  
João Fernando Quagliarelli Borrelli  
Hercília Regina Lemke  
Mário Gemin  
Gilberto Callado de Oliveira  
Antenor Chinato Ribeiro  
Narcísio Geraldino Rodrigues  
Jacson Corrêa  
Anselmo Jeronimo de Oliveira  
Basílio Elias De Caro  
Aurino Alves de Souza  
Paulo Roberto de Carvalho Roberge  
Tycho Brahe Fernandes  
Guido Feuser  
Plínio Cesar Moreira  
André Carvalho  
Gladys Afonso  
Paulo Ricardo da Silva

Vera Lúcia Ferreira Copetti  
Lenir Roslindo Piffer  
Paulo Cezar Ramos de Oliveira  
Gercino Gerson Gomes Neto  
Francisco Bissoli Filho  
Newton Henrique Trennepohl  
Heloísa Crescenti Abdalla Freire  
Fábio de Souza Trajano  
Norival Acácio Engel  
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes  
Ivens José Thives de Carvalho  
Walkyria Ruicir Danielski  
Alexandre Herculano Abreu  
Durval da Silva Amorim  
Vânio Martins de Faria  
Américo Bigaton  
Eliana Volcato Nunes  
Sandro José Neis  
Mário Luiz de Melo  
Rogério Antônio da Luz Bertoncini  
Genivaldo da Silva  
Rui Arno Richter  
Lio Marcos Marin  
Cristiane Rosália Maestri Böell  
**Secretário:** Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti

## **Conselho Superior do Ministério Público**

### **Membros Natos**

**Presidente:** Lio Marcos Marin - Procurador-Geral de Justiça  
Gilberto Callado de Oliveira - Corregedor-Geral

### **Representantes do Colégio de Procuradores**

Odil José Cota  
Humberto Francisco Scharf Vieira  
Jacson Corrêa

### **Representantes da Primeira Instância**

Pedro Sérgio Steil  
Narcísio Geraldino Rodrigues  
Vera Lúcia Ferreira Copetti  
Gercino Gerson Gomes Neto  
Heloísa Crescenti Abdalla Freire  
Fábio de Souza Trajano  
Américo Bigaton  
Sandro José Neis  
Secretário: Cid Luiz Ribeiro Schmitz

### **Corregedor-Geral do Ministério Público**

Gilberto Callado de Oliveira

#### **Subcorregedor-Geral**

José Galvani Alberton

#### **Secretário**

Adalberto Exterkötter

#### **Coordenador de Acompanhamento Funcional**

Jair Alcides dos Santos

#### **Coordenadora de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar**

Berenice Chaves Gomes

#### **Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral**

Fabiano Henrique Garcia  
Maria Amélia Borges Moreira Abbad  
Marcelo de Tarso Zanellato

### **Coordenadoria de Recursos Cíveis**

Fábio de Souza Trajano - Coordenador

#### **Promotor Assessor**

Marcelo Gomes Silva

### **Coordenadoria de Recursos Criminais**

Aurino Alves de Souza - Coordenador

#### **Promotor Assessor**

Gustavo Wiggers

### **Ouvidor**

Vânio Martins de Faria

### **Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor**

Caroline Moreira Suzin - Coordenadora  
Caroline Cabral - Coordenadora Adjunta

**Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade**  
Basílio Elias De Caro - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional do Consumidor**  
Caroline Cabral – Coordenadora e.e.

**Centro de Apoio Operacional Criminal**  
Onofre José Carvalho Agostini - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude**  
Marcelo Wegner - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas**  
João Carlos Teixeira Joaquim - Coordenador  
Laudares Capella Filho - Coordenador Adjunto

**Gerente de Análise Multidisciplinar**  
Fábio Rogério Matiuuzzi Rodrigues

**Gerente de Análise Contábil**  
Douglas da Silveira

**Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente**  
Paulo Antonio Locatelli - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa**  
Davi do Espírito Santo - Coordenador-Geral  
Samuel Dal-Farra Naspolini - Coordenador Adjunto

**Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária**  
Murilo Casemiro Mattos - Coordenador

**Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**  
Vanessa Wendhausen Cavallazzi - Diretora

**Gerente de Arquivo e Documentos**  
Selma de Souza Neves

**Gerente de Biblioteca**  
Rosiane Maria Campos

**Gerente de Publicações e Revisões**  
Lúcia Anilda Miguel

**Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento**  
Luciana Andrea Mattos

**Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional**  
Sidney Eloy Dalabrida – Coordenador

**Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) da Capital**  
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin – Coordenador

**Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Joinville**  
Assis Marciel Kretzer – Coordenador

**Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Chapecó**  
Fabiano David Baldissarelli – Coordenador

**Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Criciúma**  
Luiz Fernando Góes Ulysséa - Coordenador

**Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Lages**  
Joel Rogério Furtado Júnior - Coordenador

**Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) de Itajaí**  
Jean Michel Forest - Coordenador

**Casa Militar**  
Cel. Rogério Martins

**Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais**

**Ex-Procuradores-Gerais de Justiça**  
José Galvani Alberton  
Pedro Sérgio Steil  
Representante do Segundo Grau:  
João Fernando Quagliarelli Borrelli

**Representantes do Primeiro Grau:**

1ª Região - Extremo Oeste	Daniel Granzotto Nunes
2ª Região - Oeste	Júlio André Locatelli
3ª Região - Meio Oeste	Protásio Campos Neto
4ª Região - Planalto Serrano	Carlos Henrique Fernandes
5ª Região - Alto Vale do Itajaí	Caroline Sartori Velloso
6ª Região - Médio Vale do Itajaí	Felipe Martins de Azevedo
7ª Região - Vale do Rio Itajaí e Tijucas	Lenice Born Silva
8ª Região - Grande Florianópolis	Jádel da Silva Júnior
9ª Região - Planalto Norte	Pedro Roberto Decomain
10ª Região - Norte	Márcio Cota
11ª Região - Sul	Sandro Ricardo Souza
12ª Região - Extremo Sul	Cristine Angulski da Luz

**Órgãos administrativos da PGJ**

**Coordenador-Geral Administrativo**  
Adauto Viccari Júnior

**Coordenador de Auditoria e Controle**  
Rubinei Huttner Fischer

**Coordenadora de Comunicação Social**  
Luciana Wasum Carvalho

**Coordenador de Finanças e Contabilidade**  
Márcio Abelardo Rosa

**Gerente de Contabilidade**  
Luana Henrique Nunes

**Gerente de Finanças**  
Sérgio Luiz Kraeski

**Gerente de Execução Orçamentária**  
Ivania Maria de Lima

**Coordenadora de Operações Administrativas**  
Doris Mara Eller Brüggmann

**Gerente de Almoxarifado**  
Luís Antônio Buss

**Gerente de Compras**  
Samuel Wesley Elias

**Gerente de Transportes**  
Jacqueline Figueró Jeske

**Gerente de Patrimônio**  
Ângelo Vitor Oliveira

**Gerente de Contratos**  
Sara Souza da Silva Amorim

**Coordenadora de Pagamento de Pessoal**  
Maria Inês Finger Martins

**Gerente de Remuneração Funcional**  
Liliane Cavalleri Cardoso

**Coordenadora de Planejamento**  
Isabel Cristina Silveira de Sá

**Gerente de Informações e Projetos**  
Luís Morais Neto

**Coordenador de Processos e Informações Jurídicas**  
Denis Moreira Cunha

**Gerente Operacional de Tramitação e Informação de Processos**  
Larisse Silva Roman

**Coordenadora de Recursos Humanos**  
Silvana Maria Pacheco

**Gerente de Cadastro e Informações Funcionais**  
Thiagus Mateus Batista

**Gerente de Atenção à Saúde**  
Anarrosa Garcia Silveira

**Gerente de Desenvolvimento de Pessoas**  
Emanuella Koerich Zappellini

**Gerente de Estágio**  
Míriam Jacques Schmidt

**Gerente de Legislação de Pessoal**  
Janete Aparecida Coelho Probst

**Coordenador de Tecnologia da Informação**  
Oldair Zanchi

**Gerente de Desenvolvimento**  
Giorgio Santos Costa Merize

**Gerente de Rede e Banco de Dados**  
Júlio Cesar Moriguti

**Gerente de Suporte**  
Rodrigo de Souza Zeferino

**Gerente de Processos Jurídicos Digitais**  
Paulo Cesar Allebrandt

**Coordenador de Engenharia e Arquitetura**  
Fabrício Kremer de Souza

**Gerente de Manutenção**  
Rômulo César Carlesso

**Gerente de Logística**  
Ricardo Alexandre Oliveira

**Coordenador de Informação Social**  
Christian Rosa





